

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2397446820190705103205

Processo 0805355-48.2019.8.23.0010 ☆ - (133 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 9597 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor de Justiça ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):  ao  Data do Movimento(Período):  à

Descrição:

45 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 45

500 por pág.1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
45	05/07/2019 10:32:05	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (18/06/2019)	Procurador
<div>45.1 Arquivo: PetiçãoAss.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,2573643IMPUGNACAOALAUDOPERICIALJUR01.PDFPúblico</div>			
44	20/06/2019 10:39:24	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 24/06/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 40) JUNTADA DE LAUDO (18/06/2019) e ao evento de expedição seq. 41.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
43	19/06/2019 14:06:39	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de GESSICA PRISCILA BRASIL ALVES) em 19/06/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 40) JUNTADA DE LAUDO (18/06/2019) e ao evento de expedição seq. 42.	Wallyson Barbosa Moura Advogado
42	19/06/2019 10:20:24	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de GESSICA PRISCILA BRASIL ALVES com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (18/06/2019)	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
41	19/06/2019 10:20:24	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (18/06/2019)	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
40	18/06/2019 15:54:21	JUNTADA DE LAUDO	Nestor David Santana de Souza Estagiário
39	12/06/2019 00:11:25	DECORRIDO PRAZO DE GESSICA PRISCILA BRASIL ALVES (P/ advgs. de GESSICA PRISCILA BRASIL ALVES *Referente ao evento (seq. 35) JUNTADA DE COMPROVANTE(04/06/2019) e ao evento de expedição seq. 36.	SISTEMA CNJ
38	10/06/2019 11:27:02	HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito Oficial: FERNANDO BERNARDO DE OLIVEIRA habilitado até 08/09/2019 (90 dias)	Eduardo Quezado do Nascimento Araújo Analista Judiciário
37	04/06/2019 15:57:45	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de GESSICA PRISCILA BRASIL ALVES) em 04/06/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 35) JUNTADA DE COMPROVANTE (04/06/2019) e ao evento de expedição seq. 36.	Wallyson Barbosa Moura Advogado
36	04/06/2019 15:10:00	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de GESSICA PRISCILA BRASIL ALVES com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE COMPROVANTE (04/06/2019)	ANGELICA VAZ DE ANDRADE NETA Estagiário
35	04/06/2019 15:09:03	JUNTADA DE COMPROVANTE Devolução sem Leitura - De MANDADO expedido(a) (seq. 27) em 22/05/2019 - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (22/05/2019). Parte: GESSICA PRISCILA BRASIL ALVES	ANGELICA VAZ DE ANDRADE NETA Estagiário
34	04/06/2019 11:15:10	RETORNO DE MANDADO Referente ao evento (seq. 27) EXPEDIÇÃO DE MANDADO (22/05/2019 12:18:45). Parte: GESSICA PRISCILA BRASIL ALVES	DENNYSON DAHYAN PASTANA DA PENHA Oficial de Justiça
33	31/05/2019 00:06:55	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 24) JUNTADA DE CERTIDÃO(22/05/2019) e ao evento de expedição seq. 25.	SISTEMA CNJ
32	30/05/2019 00:03:59	DECORRIDO PRAZO DE GESSICA PRISCILA BRASIL ALVES (P/ advgs. de GESSICA PRISCILA BRASIL ALVES *Referente ao evento (seq. 24) JUNTADA DE CERTIDÃO(22/05/2019) e ao evento de expedição seq. 26.	SISTEMA CNJ
31	24/05/2019 15:22:53	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
30	23/05/2019 11:42:01	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 23/05/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 24) JUNTADA DE CERTIDÃO (22/05/2019) e ao evento de expedição seq. 25.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
29	23/05/2019 11:33:11	REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MANDADO Distribuição realizada referente ao Mandado expedido (seq. 27) em 22/05/2019 12:18:45. Tipo: Distribuição Inicial Automática. Oficial de Justiça Designado: DENNYSON DAHYAN PASTANA DA PENHA. Parte: GESSICA PRISCILA BRASIL ALVES	MANUELLA DE OLIVEIRA PARENTE Servidor Central de Mandados
28	22/05/2019 14:59:41	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de GESSICA PRISCILA BRASIL ALVES) em 22/05/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 24) JUNTADA DE CERTIDÃO (22/05/2019) e ao evento de expedição seq. 26.	Wallyson Barbosa Moura Advogado
27	22/05/2019 12:18:45	EXPEDIÇÃO DE MANDADO Referente ao evento (seq. 24) JUNTADA DE CERTIDÃO(22/05/2019 12:17:10). Natureza: Intimação. Parte: GESSICA PRISCILA BRASIL ALVES. Identificador do Cumprimento: 0002.	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
26	22/05/2019 12:17:19	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de GESSICA PRISCILA BRASIL ALVES com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (22/05/2019)	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
25	22/05/2019 12:17:18	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5	Thiago Pacheco Pires dos Santos



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**Processo:** 0805355-48.2019.8.23.0010

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **GESSICA PRISCILA BRASIL ALVES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art.7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **NAY 2908**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Cumpre esclarecer que em nenhum momento a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa, intentando imediatamente na via judicial, restando, portanto, carecedora do direito de ação, haja vista a ausência do interesse de agir.

No caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

É sabido que a existência do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

**Desta forma, independente da conclusão do expert impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, haja vista a falta de interesse de agir.**

Caso não seja este o entendimento do i. Magistrado, requer a suspensão do processo e a intimação da parte autora para que manifeste sua concordância ou não quanto a suspensão da presente ação até finalização da regulação do pedido administrativo (pagamento/negativa/cancelamento) ou mesmo sua opção pela desistência da regulação administrativa e prosseguimento da ação judicial.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 1 de julho de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**

